

Artigo especial

Um estudo sobre os agricultores familiares orgânicos do estado do Rio de Janeiro: as dimensões da confiança

Flavio de Amorim Silveira¹
Maria Nair Rodrigues Salvá²
Rejane Prevot Nascimento³
Neusa Maria Lopes Pinto⁴

Resumo

O objetivo do presente artigo é identificar em que medida as dimensões da confiança constituem um fator preponderante para a estruturação e sustentação das relações mantidas entre os pequenos agricultores familiares orgânicos de forma cooperativa e colaborativa, bem como identificar os elementos constitutivos desse constructo a partir das dimensões apontadas na estrutura conceitual da confiança. Com base no referencial teórico, foi realizado um estudo de caso, de natureza qualitativa. Na pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, nas quais se buscou identificar e analisar a compreensão dos diferentes atores, relativa às diversas ligações e diferentes papéis desempenhados por eles nas Redes; entender melhor a dinâmica das Redes e suas principais características, problemas e anseios. A partir da pesquisa, observou-se a confirmação da relação de confiança, diálogo e cooperação entre os agricultores. Esta relação fortalece a lealdade impulsionando, positivamente, os resultados obtidos. Foram detectados, ainda, diversos problemas dos quais os agricultores, de forma otimista, aguardam solução. Os resultados encontrados contribuem para um tema ainda pouco pesquisado, e a agenda para futuras investigações deve incluir outros agentes deste processo, tais como órgãos governamentais, o que possibilitará uma maior compreensão sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica; Confiança; Certificação.

Abstract

¹ Mestre em Administração pelo PPGA/UNIGRANRIO. E-mail: fs1932@gmail.com

² Mestre em Administração pelo PPGA/UNIGRANRIO

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA/UNIGRANRIO

⁴ Mestre em Administração pelo PPGA/UNIGRANRIO

The purpose of this article is to identify to what extent the dimensions of trust are a major factor in the structuring and support of the relationship between small organic farmers in a cooperative and collaborative way and identify the constituent elements of this construct from the dimensions indicated in the conceptual framework of trust. Based on the theoretical framework, a case study of a qualitative nature was accomplished. In the field research were used semi-structured interviews, in which we sought to identify and analyze the understanding of the different actors on the different links and different roles played by them in networks; better understand the dynamics of networks and its main characteristics, problems and aspirations. From the research, there was confirmation of the trust, dialogue and cooperation among farmers. This relationship strengthens loyalty pushing positively the results. Were detected many problems that farmers optimistically await solution. The results contribute to a topic still poorly researched, and the agenda for future research should include other agents in this process, such as government agencies, which will enable a greater understanding of the phenomenon.

Keywords: Organic agriculture; Confidence; Certification.

1. Introdução

Em um cenário onde os efeitos da globalização são comprovadamente nocivos em termos de exclusão social e em relação ao domínio do poder econômico sobre os valores éticos e morais, toda e qualquer iniciativa pública, mesmo que tímida, influencia diretamente na atuação dos indivíduos e grupos, dentro e fora de suas comunidades de origem. Interferem no grau de confiança entre seus atores; nos preceitos e critérios partilhados pelas Redes e comunidades e, ainda, no significado de princípios valorosos para a humanidade, tais como: democracia, igualdade e justiça (PUTNAN, 2005).

O mundo enfrenta a perda de confiança nas instituições públicas, na maioria das vezes decorrente da falta de oferta adequada de proteção e atenção aos cidadãos. Percebe-se um aumento significativo dos conflitos nos diversos campos sociais, em diferentes estágios, provocados pela falta de oportunidades de trabalho e pela perda de coesão social das comunidades. Antes mesmo que se possam transformar as instituições, torna-se necessário recuperar a confiança da população na ação coletiva básica, propiciando a geração de resultados rápidos e tangíveis (BANCO MUNDIAL, 2009).

Entende-se que a economia precisa crescer para enfrentar os problemas sociais, combater a pobreza e reduzir o desemprego, imbricando na necessidade de revisão da lógica que rege o atual sistema (BANCO MUNDIAL, 2011). Estudos indicam que a economia solidária, realizada através de associações, Redes e cooperativas de trabalhadores, é uma alternativa de renda poderosa. A economia solidária não tem limites, podendo produzir de tomates a aviões, desde que haja organização (ANTEAG, 1998). A perspectiva de haver variedade de modelos organizacionais fluídos promove a criação de um novo design social capaz de melhor atender às demandas humanas (SERVA e ARESI, 2009; ANDION, 1998; RAMOS, 1981).

Nos mais diversos campos da economia, as Redes se constituem como “a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de Redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2000, p. 565).

No Brasil, nos anos de 1970, o caráter excludente da política agrária motivou grupos de agricultores familiares que, sem apoio, nem subsídios advindos dos órgãos públicos (falta de crédito agrícola e de outros serviços) e inspirados em modelos europeus, investiram na agricultura biológica, como nova forma alternativa de organização da produção (BRANDENBURG, 1999).

Em 1984, na cidade de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, um grupo de agricultores familiares, com formação técnica e acadêmica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), constituiu a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, a ABIO, objetivando dinamizar a agricultura biológica, lutar pelo reconhecimento societário e por uma institucionalização do padrão agroecológico de produção, com o objetivo de contribuir para a expansão do movimento orgânico, muito incipiente no país.

Desde então, a luta pela sobrevivência travada pelos agricultores, através da ABIO, mantém-se condicionada não só aos aspectos tecnológicos como também pelos aspectos logísticos e comerciais (escoamento da produção). Para atender às demandas, os agricultores desenvolveram ações que favorecessem a construção e

manutenção de relacionamentos sistêmicos tendo como liga a confiança mútua (SERVA e ARESI, 2009; ZANINI, LUSK e WOLFF, 2007).

O presente estudo pretendeu, a partir da análise de um grupo de produtores da agricultura familiar, aprofundar os conhecimentos acerca do fenômeno da confiança, buscando identificar em que medida as dimensões da confiança servem como aglutinante para a estruturação e manutenção das relações entre os pequenos agricultores familiares orgânicos da ABIO, bem como identificar os fatores contribuintes para a estruturação e manutenção das relações interpessoais existentes entre os diversos atores. Buscou, ainda, identificar os elementos formadores desse constructo a partir das dimensões apontadas no *framework* conceitual da confiança compilado por Svensson (2001).

Desta forma, a motivação deste trabalho é contribuir efetivamente para a compreensão do papel da confiança para a formação de Redes de agricultura orgânica, entendendo como se processam os relacionamentos interpessoais, especificamente entre os pequenos agricultores orgânicos familiares, importantes personagens sociais. Vale ressaltar que só na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, 93% dos produtores são pequenos agricultores familiares e respondem por quase 30% da economia agrícola fluminense (EBC, 2011).

Este artigo foi estruturado em seis partes, incluindo esta introdução. A segunda parte constituiu-se na fundamentação teórica sobre a agricultura familiar orgânica e a formação de “Redes”. Discute-se, ainda, a importância das características de confiança e cooperação nas Redes de empresas, bem como sobre o sistema participativo de garantia. Na terceira parte, foi detalhado o método de pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados no estudo. A quarta parte contemplou os resultados da pesquisa, em especial o estudo de caso. Na quinta parte, foram apresentadas as considerações finais do trabalho. A sexta parte apresenta as referências bibliográficas.

2. Fundamentação teórica

Nesta seção serão, abordados os conceitos que embasarão a análise a ser desenvolvida neste trabalho, a saber, a “agricultura familiar orgânica”, as diferentes definições do termo “Redes”, “o papel e a importância da confiança nas relações dos atores em Redes” e o “sistema participativo de garantia”.

2.1. A agricultura familiar orgânica

A agricultura orgânica foi o primeiro modo de cultura no mundo com o objetivo de preservar o meio ambiente, respeitar a biodiversidade e as atividades biológicas do solo. O fator essencial era o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de agrotóxicos e, assim, consolidar a fixação do homem no campo. Esta abordagem perdurou séculos, sendo a única a defender a isenção de produtos químicos no campo, obedecendo às normas referenciadas na ISO 2010.

A agricultura ecológica pode ser entendida como um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Representada por várias abordagens teóricas (agricultura orgânica, biodinâmica, agroecológica), atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até aos revisados a partir dos movimentos ecológicos regulamentados pelas políticas públicas (KARAN, 2001).

A agricultura ecológica, especificamente, passou a ser fomentada, particularmente, por associações fundadas e lideradas por jovens agricultores rurais, com formação técnica e acadêmica que ficaram conhecidos como *neo-rurais* (KARAN, 2001).

Problemas crônicos como a falta de apoio do Estado quanto ao planejamento básico e definição de objetivos voltados para a agricultura familiar; falta de uma política de incentivo ao produtor e de subsídios para manter e aperfeiçoar os processos específicos da agricultura orgânica motivaram o surgimento dos *neo-rurais*, responsáveis pela dinamização da agricultura biológica no Brasil.

No cenário nacional, também ficou conhecida como agricultura alternativa, agricultura ecológica, recebendo, ainda, outras denominações geradas por inúmeras combinações.

O foco central dos *neo-rurais* era obter um reconhecimento societário e uma institucionalização do padrão agroecológico de produção com o objetivo de abrir novos espaços para os produtores familiares orgânicos e obter recursos (BRANDENBURG, 1999).

Os números indicam que, tanto no Brasil quanto na Europa, a década de 1990 foi decisiva para o crescimento da produção ecológica, caracterizando-se como um período de expansão e de afirmação dessa modalidade de exploração agrícola.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO-92, a agricultura alternativa passou a ser fomentada por outras associações, organizações não governamentais e entidades públicas de assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER), sob a rubrica de agricultura sustentável. Essa modalidade é entendida como uma maneira de se organizar a produção, potencializando os recursos disponíveis no seu âmbito interno e fazendo uso reduzido de insumos (BRANDENBURG, 1999).

Na medida em que o mercado passou a exigir mais regulamentação de proteção ao consumidor, com produtos com certificação de qualidade, as entidades governamentais e não governamentais, no Brasil e no mundo, passaram à elaboração e ao aperfeiçoamento de normas e certificações cada vez mais elaboradas (FEIDEN et. al., 2002).

A partir de dezembro de 2007, a agricultura orgânica no Brasil passou a ter critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, desde a propriedade rural até o ponto de venda, com regras expressadas no Decreto n.º 6323 (Diário Oficial da União). A legislação expressada através da Lei n.º 10.831/2003 contempla toda a cadeia de valor: produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos.

A regulamentação dos produtos orgânicos pelo governo federal, em 29 de maio de 2009, foi um avanço contributivo para aumentar as negociações com o

mercado externo. Antes da regulamentação, apenas 6% do total dos estabelecimentos pertencentes ao mercado orgânico era reconhecido através de atestado de certificação.

Foi perceptível o processo de mudança de mentalidade de determinados atores presentes neste cenário, na medida em que deixaram o imediatismo para uma visão de médio e longo prazo, aliando uma mentalidade de cooperação e união mútuas. O monitoramento e controle, de certa forma, foram reforçados pelos consumidores que passaram a buscar qualidade e segurança nos produtos consumidos, inclusive com relação ao risco de doenças transmitidas pelos alimentos (FORSMAN, PAANANEM, 2002; HOBBS, 2004).

Ao estabelecer relações comerciais mais estreitas com o propósito de garantir qualidade na produção dos alimentos, ampliou-se a possibilidade dos resultados econômicos, políticos, sociais e ambientais serem vantajosos para os atores envolvidos (MALAFAIA et al., 2007).

Atualmente, o número de produtores atuando na agricultura orgânica é de 15 mil, aproximadamente, numa área estimada de 800 mil hectares no Brasil.

2.2. A construção de “Redes”

A busca pela sobrevivência financeira e social enseja aos indivíduos e organizações a necessidade de geração de novos tipos de relações, promovendo, assim, a construção das Redes. “As Redes são incorporadas, simultaneamente, como um instrumento de análise, capaz de possibilitar o estudo das transformações do espaço rural na contemporaneidade” (SCHMITT, 2011, p. 19). O termo pode ser entendido como rede de trabalho, “como um sistema de nodos e elos, uma estrutura sem fronteiras, ou ainda, uma comunidade muitas vezes não geográfica” (SERVA e ARESI, 2009, pp. 215-239).

O termo Rede pode, ainda, ser tratado como um conjunto de organizações reunidas, não necessariamente dependentes, porém ligadas entre si por laços mútuos não formais na sua essência; que apoia a interdependência entre os

diferentes atores, não comprometendo a liberdade de ação das partes envolvidas (SERVA e ARESI, 2009).

Independentemente da diversidade conceitual, alguns elementos são compartilhados nos mais variados contextos onde se aplica o termo. Dentre eles, destacam-se a interdependência, a cultura, os objetivos, os valores, a autonomia, a confiança, a interatividade, a colaboração, a comunicação, a associação, além de outros, como articulação, normas e benefícios coletivos (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2008; VALLEJOS, 2005; AFSARMANESH, MARÍK e CAMARINHAMATOS, 2004; MARCON e MOINET, 2001; CASTELLS, 2000; FUKUYAMA, 2000). Partindo do pressuposto de que uma rede está relacionada a conceitos de trocas e interações, ela pode envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais (INOJOSA, 1999). Nas Redes organizacionais, esses elementos facilitam obter vantagens competitivas sustentáveis pela criação de valores diferenciados e de difícil imitação (BARNEY, 1991).

Inojosa (1999) enfatiza a necessidade de se criar uma taxionomia para Redes que permita estabelecer uma distinção entre elas a partir de dois elementos básicos: relações e foco de atuação.

Para a autora, nas relações entre parceiros, as Redes podem ser de três tipos: autônomas ou orgânicas, tuteladas e subordinadas. Quanto ao foco de atuação, as Redes podem ser de dois tipos: Redes de mercado e Redes de compromisso social. As classificações das Redes estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação de Redes

Classificação		Descrição
Relações entre os parceiros	Redes autônomas ou orgânicas	São constituídas por participantes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente e controlada por pactuação. Neste tipo de rede, os atores são impulsionados por uma ideia mobilizadora. Compartilhar ideias e informações é fundamental para manutenção do sucesso da rede, tendo em vista a construção de uma identidade.

	Redes tuteladas	Articulam-se sobre o controle de uma organização que detém o poder e que mobiliza os atores em função de uma regulação legal ou de capacidade de financiamento, modelando o objetivo comum. A permanência é subordinada a existência de benefícios à adesão.
	Redes subordinadas	Há apenas um lócus de controle. Existe interdependência de objetivos.
Classificação		Descrição
Foco de atuação	Redes de Mercado	Caracterizam-se pela existência de competição e cooperação. Os parceiros articulam-se em função da produção e apropriação do produto que faz parte da sua existência.
	Redes de compromisso social	Formadas a partir da percepção de um problema que coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. Normalmente é nesse tipo de rede por meio do qual a sociedade trabalha as questões sociais.

Fonte: Elaborado a partir da proposição de Inojosa (1999).

Dos estudos de Afsarmanesh, Marík e Camarinha-Matos (2004), emerge uma nova forma de constituição organizacional denominada Rede colaborativa. Segundo os autores, esta Rede envolve engajamento mútuo dos participantes na busca por soluções para problemas comuns, imbricando no constructo da confiança. Essa tipologia de rede demanda tempo, esforço e dedicação e pode emergir a partir de um agrupamento regional entre empresas que já possuem um relacionamento de longa data e um histórico cultural. Em contrapartida, por suas características próprias e heterogêneas e pelo diferencial de desempenho gerado pela otimização de recursos, pode vir a obter vantagem competitiva (ANDREWS, 1971; COLLIS e MONTGOMERY, 1995). Uma Rede cuja cultura esteja baseada em cooperação e reciprocidade e que tem a confiança como ingrediente de destaque, serve de ferramenta estratégica para a produtividade e desempenho organizacional, para o aprimoramento de competências e otimização de recursos internos. As relações cooperativas em Redes organizacionais demonstram ser mais eficazes em um ambiente de acirrada competitividade demandando abordagens mais abrangentes, em comparação à visão isolada de uma unidade produtiva (VALLEJOS, 2005; ZANINI, LUSK e WOLFF, 2007). Estes temas serão tratados na próxima seção.

2.3. Confiança – a base das relações de cooperação

Neste tópico, buscou-se organizar os principais conceitos acerca do constructo da confiança e apresentar as dimensões presentes nas diferentes compilações conceituais, a fim de identificar as variáveis que contribuem para se estabelecer relações de confiança entre os diversos atores.

Os fatores contributivos para a estruturação e manutenção dos relacionamentos ganham multidimensionalidade conceitual possibilitando, ao se cruzar diferentes conceitos, a identificação de categorias divergentes e convergentes presentes nas relações de confiança.

Por sua riqueza de perspectivas, o constructo confiança é estudado em diversos campos da ciência, como a psicologia, a ciência política, a sociologia, a economia e a gestão. Nas últimas décadas, incluiu ainda a análise de impacto na gestão organizacional, bem como a dinâmica dos relacionamentos interorganizacionais e interinstitucionais, entre diferentes atores e instituições, tanto do setor público quanto do privado (BARNEY e HANSEN, 1994; BECERRA e GUPTA, 1999).

Considerando os diferentes enfoques e percepções, torna-se possível agrupar os estudos em dois grandes eixos de pesquisa. Na visão dos cientistas sociais (1), a construção do processo de confiança é mais relevante que a manipulação do ambiente (feita a partir da criação de incentivos e formas de monitoramento). Na perspectiva racional (2), trata-se de um fenômeno que utiliza padrões lógicos, influenciado, desta forma, pelas teorias dos custos de transação e a da agência (BECERRA e GUPTA, 1999). Enquanto os psicólogos analisam o constructo a partir de atributos das partes na relação, focando nas cognições geradas pelos atributos pessoais, os economistas consideram a confiança calculada ou institucional (BREI e ROSSI, 2005).

Apesar das divergências quanto à conceituação da confiança nos diversos campos de estudo, há convergência com relação às condições necessárias ou apropriadas para que esta seja desenvolvida. São elas: a) risco ou vulnerabilidade, a perspectiva de perda, assim interpretada por uma das partes decisórias; e b)

interdependência, quando os interesses de uma parte não podem ser atingidos sem a colaboração de outra.

A seleção de elementos favoráveis às relações e o entendimento também são defendidos por Fialho (2005), ao considerar a confiança como um ingrediente indispensável para o sucesso de uma rede, para a implementação de princípios éticos e de um discurso alinhado com a forma de pensar dos diferentes atores.

Por se tratar de um processo dinâmico, o grau de confiança tende a evoluir, podendo atingir diferentes estágios a partir das características observadas pelos atores, uns nos outros.

Segundo Sahay (2003), a confiança nos relacionamentos interpessoais ajuda na redução dos custos de transação; abrevia a extensão de contratos formais; facilita a solução de conflitos e problemas e a prática de comportamentos desejados; estimula fornecedores a se interessarem mais pelas expectativas e necessidades dos consumidores finais, focando nos objetivos e benefícios de longo prazo e que facilitam os planejamentos futuros graças à abertura e transparência presentes nas trocas, tal como se observa no sistema participativo de garantia, mecanismo previsto na legislação que rege a agricultura orgânica no Brasil e descrito a seguir.

2.4. Sistema Participativo de Garantia (SPG)

De acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que rege os princípios sobre o sistema orgânico de produção agropecuária, para que os produtos orgânicos possam ser comercializados, os mesmos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente. No entanto, no caso de comercialização direta aos consumidores por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa. Para tanto, deverá ser assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003).

A ABIO adota o Sistema Participativo de Garantia (SPG). A Associação é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, o que permite aos membros do SPG da ABIO o uso do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. O SPG da ABIO é formado por onze Grupos de Produtores, quais sejam: Nova Friburgo, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Teresópolis, Petrópolis, Seropédica, São José do Vale do Rio Preto, Rio da Prata (Campo Grande, município do Rio de Janeiro), Rio Urbano e Valença (ABIO, 2013).

O SPG é um tipo de avaliação da conformidade que envolve todos os componentes da rede de produção orgânica. Os produtores, comerciantes, consumidores e técnicos organizam-se em grupos, e todos são membros do SPG. As visitas de verificação nas unidades produtivas são feitas por uma comissão formada por membros do grupo, composta por produtores e, sempre que possível, por consumidores e técnicos. O relatório da visita é apresentado ao grupo, que avalia se o produtor está cumprindo os regulamentos e se ele pode receber o Certificado de Conformidade Orgânica. Os membros do SPG são, portanto, co-responsáveis pela garantia da qualidade orgânica (ABIO, 2013).

O Certificado é emitido pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), responsável legal pelo processo perante os órgãos oficiais e perante a sociedade. O OPAC é credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ABIO, 2013).

3. Metodologia

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou-se da pesquisa de campo para coleta de dados empíricos. A pesquisa qualitativa tem por característica a coleta de dados em um contexto natural, conforme definição de Gray (2012), da vida real dos sujeitos ou situações pesquisadas: “sendo assim, vai além de um simples instantâneo ou uma secção transversal de eventos, e pode mostrar como e por que as coisas acontecem incorporando, também, as próprias motivações, emoções e preconceitos das pessoas” (GRAY, 2012, p.137).

A revisão da literatura possibilitou a construção da fundamentação teórica do objeto escolhido e auxiliar no direcionamento da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de um roteiro semiestruturado de entrevistas, permitindo que o entrevistado tenha a liberdade necessária para desenvolver as respostas segundo a direção que considere adequada, explorando-se, desta forma, de uma forma flexível e aprofundada, os aspectos que considere mais relevantes. O roteiro de entrevistas abrangia questões que buscavam obter a percepção dos entrevistados em relação às características do problema em foco, referindo-se, especificamente, à qualidade das relações estabelecidas entre os produtores orgânicos familiares com seus pares, com os clientes das feiras livres (local voltado para a comercialização dos produtos), bem como com os agentes dos órgãos e entidades públicas e privadas com quem interagem. Os dados primários foram levantados através de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a treze produtores orgânicos filiados a ABIO há no mínimo dez anos e que atuam diretamente nas feiras. Quanto aos secundários, foram obtidos por meio de pesquisa documental realizada junto à Associação, de trabalhos acadêmicos e de documentos publicitários.

Entendeu-se que a escolha dos atores da pesquisa deveria contemplar critérios relevantes e pertinentes, tais como: a) a representatividade dos agricultores orgânicos familiares, filiados a ABIO; b) os agricultores que produzem e comercializam seus produtos nas feiras livres do “Circuito Carioca de Feiras Orgânicas”; c) os representantes da ABIO responsáveis pela coordenação da Associação em termos de capacitação e inovação tecnológica dos processos de produção orgânica e de gestão do negócio dos pequenos agricultores filiados, bem como pelo monitoramento e controle da gestão das feiras. Esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, posto que se trata de uma investigação empírica, relacionada a um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real. Para Yin (2010), o método de estudo de caso é utilizado especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Segundo os autores Vieira e Zouain (2005), o estudo de caso utiliza técnicas de pesquisa sociais, como entrevista e observação dos atores, dentre outras, com o propósito de compreender a situação em profundidade.

A técnica empregada para compreender os fenômenos estudados foi a de descrevê-los, a partir das diferentes percepções dos atores, considerando ainda a diversidade de posições ocupadas no contexto. Permitiu-se, desta forma, estabelecer comparações e correlações, bem como sustentar determinadas interpretações acerca do mesmo fenômeno (FLICK, 2009).

As entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas, sendo empregada na análise dos dados obtidos a técnica de análise de conteúdo. Foram utilizadas as três etapas básicas, definidas por Bardin (1977), no processo de análise: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material e (3) o tratamento dos dados e interpretação. De acordo com estas três etapas, foram realizadas, em primeiro lugar, a definição dos procedimentos de pesquisa e coleta dos dados. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas com os sujeitos selecionados e, por fim, os dados foram interpretados, a partir do uso de uma grade aberta (BARDIN, 1977). As categorias definidas para análise emergiram do constructo teórico previamente elaborado.

Foram realizadas entrevistas junto a dez agricultores familiares orgânicos; dois Coordenadores de feiras; além da pessoa responsável pela Coordenação Geral da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Por meio das entrevistas realizadas *in loco*, realizadas nas feiras livres dos bairros da Glória e Leblon, foi possível obter a percepção dos diferentes atores relativa às diversas ligações e aos diferentes papéis desempenhados pelos atores nas redes; compreender a dinâmica das redes e as principais características, os problemas e os anseios decorrentes do trabalho diário, bem como as alternativas encontradas pelos envolvidos para superá-los; e, por fim, analisar como se configura o fenômeno da confiança neste contexto.

Na apresentação das entrevistas, foram utilizadas siglas para representar cada entrevistado, conforme a seguir: **PAFO 1** (Produtor Agrícola Familiar Orgânico 1), **PAFO 2**, **PAFO 3** e, assim, sucessivamente; dois Coordenadores de feiras: **CFEABIO 1** (Coordenador de Feira da ABIO 1) e **CFEABIO 2**, além do entrevistado responsável pela Coordenação Geral da ABIO: **CGEABIO** (Coordenador Geral da ABIO).

4. Estudos de Caso

Neste capítulo, foram compilados os dados interpretados a partir da pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas com agricultores familiares orgânicos da ABIO

O estudo procurou reconhecer e relatar os fatores que contribuíram para a estruturação e a manutenção das relações interpessoais existentes entre os diversos atores; identificar as dimensões da confiança presentes, bem como levantar os elementos constitutivos desse constructo.

4.1. Os Núcleos de Agricultores Familiares Orgânicos e a ABIO

A ABIO é uma associação civil, sem fins lucrativos, com atuação em todo o território nacional, que orienta suas atividades para o desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar, na pequena produção e na agroecologia. A ABIO foi constituída em 1985, com sede e foro na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por finalidade apoiar e estimular o desenvolvimento rural sustentável, visando o fortalecimento da agricultura familiar e da pequena produção, com base nos princípios da agroecologia (ABIO, 2007).

O provimento de recursos obtidos para seus projetos advieram de agências de fomento, tais como a FAPERJ e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A associação estabeleceu importantes parcerias, na qualidade de mantenedoras de bens e serviços, com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO RIO), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ.), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, enquanto agência reguladora do processo de instituição da Lei da Agricultura Orgânica impetrada em 2003.

Dentre os objetivos da ABIO, destacam-se: o controle da qualidade orgânica, através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o assessoramento técnico aos produtores para aperfeiçoar o manejo agroecológico das suas unidades produtivas, o apoio à comercialização, criando meios para aproximar produtores e consumidores, mas mais particularmente nas feiras orgânicas e nos mercados institucionais, coordenando o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, em parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), da Prefeitura do Rio de Janeiro e a participação no movimento orgânico, através da atuação em diversos fóruns que lutam pela expansão da agricultura orgânica e da agroecologia, e pelo fortalecimento da agricultura familiar e da pequena produção (ABIO, 2007).

A Assembleia Geral é o órgão supremo da ABIO e é composta por mais de 130 produtores associados, os quais têm a função de deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da ABIO.

Circuito Carioca de Feiras Orgânicas da ABIO foi criado para permitir a venda de produtos orgânicos, diretamente do produtor ao consumidor, a fim de garantir que o produtor possa acessar o público consumidor e realizar a venda dos produtos produzidos. As feiras orgânicas do Rio de Janeiro estão distribuídas em diferentes bairros da cidade, a saber: Peixoto, Glória, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, Tijuca.

O Circuito é resultado de uma parceria entre a ABIO e a SEDES, contando, ainda, com o apoio das Associações de Moradores dos bairros onde as feiras se realizam.

4.2. Análise e discussão dos resultados

As opiniões dos entrevistados quanto às relações estabelecidas entre agricultores e os representantes da ABIO apresentaram convergência no que se refere às dimensões da confiança. Os entrevistados associados há, no mínimo, dez anos, foram unânimes em afirmar que não só confiam na Associação como recebem todo tipo de ajuda. Dentre as vinte dimensões apontadas por Svensson (2001), pelo

menos treze delas puderam ser percebidas na fala e expressões manifestadas pelos entrevistados durante as entrevistas, tais como: sentido de negócio, competência, abertura de gestão; respeito, segurança, habilidade, aceitação, congruência, expertise, justiça, fé, previsibilidade, respeito, segurança. “*Confiar na ABIO é fundamental. Precisamos nos organizar, sozinho não dá*” (PAFO3). “*Temos apoio de técnicos e profissionais competentes. Estamos aprendendo sobre melhoria das sementes, dos processos produtivos, gestão, custos, tudo para melhorar o negócio*” (PAFO6). “*Muitos chegaram até a ABIO para obter a certificação, mas aí recebem não só apoio técnico como nos ajuda a resgatar a dignidade e credibilidade*” (PAFO2). “*A ABIO ajuda em tudo que precisa. Até carta para Banco, declarando que somos produtores para ajudar a conseguir crédito*” (PAFO3).

Quase perdi tudo, mas, graças à ABIO, hoje tenho o orgulho de viver na terra e pela terra. Meu desejo é deixar para meus filhos o que recebi de minha família e, com a ajuda da ABIO, tenho resgatado meu espaço. Já fui até para a Itália falar do nosso trabalho (PAFO4).

A partir das entrevistas, foi possível inferir que a relação existente entre os agricultores do mesmo núcleo e entre os diferentes núcleos e a ABIO é abrangente e baseada na confiança e na cooperação, mas também no controle de uns sobre os outros, conforme é enfatizado nos relatos a seguir: “*As feiras são nossa alternativa de sobrevivência e temos que ter credibilidade junto ao consumidor final. Um controla o outro e dá expulsão quando o produto não é orgânico*” (PAFO5).

A essência de nosso trabalho é a cooperação. Eu, aqui, represento 38 famílias de agricultores de Nova Friburgo. Na outra feira, tem outro representante do núcleo. Nós nos reunimos toda semana para melhoria e decidir vários assuntos do negócio. Confiamos no trabalho e na luta que juntos temos para sobreviver no campo... Quando um agricultor não respeita os critérios do plantio orgânico (existe rastreabilidade do produto orgânico graças à ABIO), ele será expulso do grupo. Isto aconteceu no ano passado (PAFO6).

Tive oportunidade de visitar agricultores próximos, mostrar os benefícios do orgânico e todos se beneficiarem. Hoje somos nove famílias que se juntaram e temos onde escoar a produção. Combinamos o que cada um pode plantar para ter diversidade (PAFO3).

Ah, um vigia o outro, já tivemos pessoas aqui que vacilaram misturando produtos normais com produtos orgânicos. Então, é feita uma reunião, e essas pessoas são expulsas imediatamente da feira. Às vezes, é suspenso um ano ou dois anos e, às vezes, é expulso direto, porque não pode misturar o convencional com o orgânico, de jeito nenhum. Não é um problema frequente; em dezesseis anos, foram quatro pessoas (PAFO2, PAFO5).

Percebe-se que tanto os padrões de qualidade dos produtos como as alternativas de comercialização foram desenvolvidos por ações de aprendizagem, transferência de conhecimentos, cooperação e colaboração. Ao longo do tempo, a convivência continuada facilitou a seleção de ferramentas de controle e monitoramento por preservarem os aspectos comumente compartilhados de tal forma, que eventuais atitudes fora do esperado foram tratadas imediatamente pelos atores, independentemente de causar conflitos ou rompimentos. Os atores lutam pela preservação da segurança, da lealdade, do sentido do negócio e do caráter.

Com base nas respostas dos treze entrevistados, constata-se que há cumplicidade entre os membros dos núcleos, verificando-se a existência de confiança mútua entre seus participantes. Como em toda comunidade, há conflitos que são tratados a tempo e à hora pelos membros da Associação, em prol do coletivo. Estas considerações são reconhecidas nas falas dos pesquisados. Quando o conflito ocorre, envolve, normalmente, uma pessoa específica e é tratado imediatamente pelo grupo que, em reunião, decide as medidas a serem tomadas. Há um compromisso mútuo de que nenhuma das partes explorará as vulnerabilidades da outra.

Quanto ao apoio do poder público, os agricultores entrevistados foram unânimes quanto à insegurança e às incertezas sentidas com relação aos compromissos de muitas das entidades públicas pela imprevisibilidade na continuidade dos projetos e pela incongruência que percebem entre o discurso e as ações (normalmente morosas e desrespeitosas). Os entrevistados também assinalam que falta competência por parte de muitos governantes que desconhecem até a importância da agricultura orgânica do Rio de Janeiro e os benefícios para um mundo mais sustentável e ecologicamente correto (PAFO2, PAFO3, PAFO5,

PAFO6). Por outro lado, os entrevistados demonstram valorizar a iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela abertura dos espaços das feiras livres, apesar de desprovida do suporte necessário para garantir o acesso do campo na feira. A mobilidade só ocorreu pela união dos agricultores e do apoio de um núcleo apoiando o outro. *“Toda produção é trazida, da mata, nas costas de burros. Por trilhas. Graças aos colegas do núcleo, hoje estou aqui representando outros agricultores que também não têm recursos para estar aqui”* (PAFO2). *“Chegamos com os produtos de todos os agricultores do núcleo, porque tenho um caminhão. Outros chegam com pequenos carros. É muito difícil esta logística porque moramos longe”* (PAFO 7).

A única coisa que eu tenho é um mini-tractor manual para arar a terra, uma bomba d'água e o resto é tudo na mão. Eu tenho uma Brasília velha para uso interno dentro do sítio e que vem para a feira carregada com material meu e dos companheiros do núcleo (PAFO6).

As feiras são nossas alternativas de sustento melhor. No supermercado, a gente chegava a perder até 60% do que mandava. Na feira, não. Às vezes, em uma não se vende. Mas na outra acaba, então, manda pra outra, e a gente vende tudo (100%) (PAFO8).

Quanto às linhas de crédito (financiamentos) disponíveis para aquisição de recursos necessários para aumento da produção e mobilidade, os entrevistados foram unânimes em afirmar que a falta de incentivos fiscais, somada ao volume de burocracia para a obtenção de crédito, intimidam as iniciativas dos agricultores em obtê-lo. Como cita um dos entrevistados: *“Eles dizem que no Banco do Brasil tem linha de financiamento, aí você chega lá e é tanta exigência que você não consegue nada”* (PAF03).

Também foi percebido o interesse dos pesquisados pelas expectativas e necessidades dos consumidores finais. Um exemplo deste interesse reside na iniciativa dos agricultores em possibilitar o conhecimento dos consumidores finais sobre os produtos orgânicos, objetivando valorizar não só os produtos, como também os processos utilizados na agricultura. Dentre as iniciativas adotadas com o intuito de dar visibilidade ao trabalho, destaca-se a programação de visitas dos consumidores às propriedades rurais: *“Desde 2010, temos convidado os clientes*

para visitar as propriedades rurais. Mais de 200 pessoas já tomaram café da manhã nas nossas casas e aproveitam para conhecer nosso trabalho. Isto tem nos aproximado muito dos clientes” (PAFO6). “Nós nos preocupamos em mostrar os problemas de saúde decorrentes dos produtos com agrotóxicos” (PAFO7). “As pessoas não sabem, não têm conhecimento. Pedem cenoura e pegam na beterraba. Descobri que nosso trabalho é valoroso (PAFO3).

Os entrevistados consideram ser fundamental ressaltar a importância da agricultura orgânica para o meio ambiente. O tratamento que a mesma recebe, segundo as entrevistas, é ínfimo e necessita de urgente valorização. Na fala emocionada de alguns pesquisados, verificou-se a preocupação quanto ao consumo de produtos orgânicos como forma de fortalecer a consciência ecológica: *“É uma coisa planetária, de primeiro mundo. É uma coisa de urgência que não tem mais tamanho. É uma exigência social. Essa coisa criminosa de agrotóxico não pode continuar. O planeta não aquece mais isto” (PAFO7).*

Fomos eu e um amigo que escrevemos o primeiro livro de ecologia. Nós já estávamos no universo da ecologia, nós sabíamos o significado disto tudo. Eu era ativista ecológico, havia abandonado a engenharia química. Ele era historiador. Nossa visão já era quase filosófica em cima da agricultura orgânica. Peguei na enxada e quis aprender orgânico no sítio do João Carlos (PAFO7).

A partir destes relatos, verifica-se que o envolvimento com a agricultura orgânica torna-se, para alguns entrevistados, mais do que uma opção econômica e, sim, um estilo e uma filosofia de vida. Esta identificação mútua com os princípios da ecologia e da sustentabilidade estabelece, entre eles, um maior potencial de confiança, baseada na afetividade e no compartilhamento de visões de mundo. Tal identificação, assim como a confiança que dela advém são apontadas por Fialho (2005) como um fator determinante para o sucesso das Redes de cooperação.

O cenário que emerge a partir das entrevistas denota o elevado grau de confiança e cooperação identificado entre os agricultores, o que viabiliza o empreendimento de alianças entre os envolvidos, a ponto de inúmeros núcleos elegerem um único agricultor para representá-los nas feiras livres, assumindo total responsabilidade não só pela logística como pela comercialização dos produtos. Quanto mais próximos, mais os contatos tornavam-se recorrentes, e os objetivos

assumiam proporções maiores dentro um processo natural de evolução; e a confiança tornou-se o ingrediente vital para o alcance destes objetivos.

Neste estudo, foi possível perceber que, para a sustentação das atividades em rede e dos processos participativos, além do estímulo e a preservação da confiança mútua, fez-se necessário o estabelecimento dos princípios éticos compartilhados, com a abrangência e a linguagem condizentes com o pensamento do conjunto das organizações parceiras: “o segredo de uma rede bem-sucedida é a progressiva ampliação da confiança entre os atores e, para isso, é indispensável uma cuidadosa seleção dos elementos de consenso” (FIALHO, 2005, p. 131).

Portanto, com base na análise e interpretação dos dados, verificou-se que: a) há uma relação de confiança tanto entre os agricultores pertencentes ao mesmo núcleo como com relação aos outros núcleos e à ABIO. Houve unicidade ao afirmarem que não só confiam na Associação como contam uns com os outros para todo tipo de suporte. Destacaram que: a) a cooperação entre eles é o principal motor de suas atividades; b) as relações interpessoais são baseadas em confiança, cujas dimensões claramente presentes foram: o sentido de negócio e caráter (identificação e compartilhamento dos mesmos objetivos, desafios, problemas, valores e princípios a preservar); a congruência (o que se fala é o que se faz); a competência e habilidade para desenvolver e inovar os processos produtivos; a abertura para aprender, transferir e compartilhar conhecimentos técnicos e de gestão; senso de justiça (cumprir e fazer cumprir as regras e acordos baseados na confiança); a fé nos semelhantes e de que se tem a missão de preservar o mundo (defesa das ações ecológicas); o respeito às diferenças (sociais, econômicas, pessoais) e segurança de que, independentemente das diferenças e divergências, o que prevalece são os princípios previamente estabelecidos pelo grupo. As declarações dos entrevistados convergiram para essa conclusão; c) o diálogo constante e democrático entre os diversos atores, que ocorre principalmente por meio de reuniões semanais e mensais, as quais propiciam o compartilhamento de objetivos comuns. Esta dinâmica de fomento, a convivência e o diálogo são responsáveis pelo fortalecimento do senso de lealdade, servindo de poderoso aglutinador nas relações de confiança, na medida em que os resultados obtidos pelos agricultores escolhidos

para a gestão das feiras satisfazem e até superam as expectativas daqueles que a eles delegaram a missão de comercialização; d) nas interações com os organismos públicos, o retrato é inverso. Os pesquisados valorizam as iniciativas, mesmo que tímidas e insuficientes, sempre acompanhadas da sensação de incerteza e medo com relação à descontinuidade das mesmas. Sentem-se desrespeitados nas reivindicações e desvalorizados quanto ao papel desempenhado no setor, mesmo respondendo por 30% da agricultura do Estado do Rio de Janeiro aproximadamente; e) ainda que existam vários agentes buscando dar sustentação para as ações diárias e superação das deficiências de tecnologia, bem como com a valorização dos produtos orgânicos por parte dos consumidores finais, ficou evidente a urgência na criação de uma política de governo que respeite e invista seriamente na agricultura orgânica de forma efetiva, prioritária e integrada.

Considerando o forte vínculo com os princípios da sustentabilidade e a preocupação com a degradação ambiental e os impactos ecológicos causados pela agricultura tradicional, que constituem uma visão de mundo compartilhada entre os participantes desta rede, podemos classificá-la, de acordo com a taxonomia definida por Inojosa (1999) para as Redes segundo seu foco de atuação (seção 2 deste artigo), como uma rede de compromisso social, visto que ela foi formada com o propósito de ser uma alternativa a um modelo de agricultura em descompasso com o “equilíbrio da sociedade” (INOJOSA, 1999). Considerando o tipo de relações entre os parceiros, de acordo com a mesma taxionomia, a rede estudada pode ser classificada como uma rede autônoma ou orgânica (INOJOSA, 1999).

Pode-se considerar, ainda, que os elementos que compõem uma relação calcada nos pressupostos da confiança são identificados no caso em estudo, na análise à luz da definição de Barney e Hansen (1994, apud SAHAY, 2003). Segundo esta definição, confiança é o compromisso de que “nenhuma das partes explorará as vulnerabilidades da outra, logo, um parceiro de negócios que mereça confiança é aquele que não explorará as fraquezas da outra parte”. A partir dos relatos apresentados, é possível identificar a presença da confiança como um elemento de vínculo e sustentação da rede.

5. Conclusões

A partir da pesquisa de campo, percebe-se que a colaboração entre os produtores da agricultura orgânica apoiados pela ABIO tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento destas culturas. A demanda por produtos orgânicos tem aumentado cada vez mais, apesar destes produtos, em geral, possuírem preços mais elevados em relação aos produtos considerados “normais”, cujo plantio utiliza a aplicação de defensivos agrícolas.

Aumenta a cada dia o entendimento de que o consumo de produtos orgânicos é benéfico para a saúde, no entanto, percebeu-se que dois fatores ainda impactam num avanço mais rápido desta produção: o aspecto e o preço. Os produtos que utilizam defensivos são maiores e visualmente mais bonitos que os orgânicos. Os produtos que utilizam defensivos são de cultura mais barata e com preços mais vantajosos para o consumidor. O conhecimento dos perigos dos defensivos agrícolas não é suficiente, até pelo poder aquisitivo da população em geral, para um avanço mais rápido da demanda por produtos orgânicos.

A economia social gerada em Redes constituiu-se em poderosa alternativa para sustentar as dimensões da confiança e reduzir ações oportunistas em decorrência das regras de reciprocidade existentes, bem como das rápidas medidas de inibição do oportunismo. É clara e presente a necessidade de se manter um relacionamento duradouro entre os diversos atores, não só para garantir a sobrevivência dos mesmos, mas principalmente para usufruir dos ganhos competitivos, porque as vantagens estão disponíveis apenas para os membros da rede.

As considerações apresentadas expressam o reconhecimento das iniciativas promovidas em Redes sustentadas pelas premissas da economia social por serem extremamente favoráveis à construção e manutenção de relacionamentos interpessoais confiáveis, cooperativos e colaborativos entre os diversos atores, diferentemente de outras formas de organização capitalista que depreciam e aniquilam valores e princípios humanitários.

Novos estudos devem ser realizados com o propósito de identificar as opiniões de outros agentes deste processo, tais como órgãos governamentais que, embora em pequeníssima escala, são organismos vivos neste contexto.

6. Referências Bibliográficas

ABIO. Estatuto da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://www.abio.org.br/files/estatuto%20ABIO.pdf>>. Acesso em: 12/01/2016.

AFSARMANESH, H.; MARÍK, V.; CAMARINHA-MATOS, L. M. Collaborative Networked Organizations: A Research Agenda for Emerging Business Models. Kluwer Academic Publishers Norwell, MA, USA, 2004.

ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.32, no.1, pp. 44-56, 1998.

ANDREWS, K. R. The concept of Corporate Strategy. Nova York: *Homewood, IL, Dow Jones*: Irwin, 1971.

ANTEAG - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Empresa social e globalização. Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 2000.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R. Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: *Bookman*, 2008.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual, 2009. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.miga.org%2Fdocuments%2F09ar_portuguese.pdf&ei=buqQUaD7DpSi8gS-toHwCA&usg=AFQjCNFNOjDuhdep3PjYuiBn4q2o6MH-TA&sig2=9YITVsQ0xULa7w5x8PWogA&cad=rja>. Acesso em: 14/03/2015.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Conflito, Segurança e Desenvolvimento - Visão geral, 2011. Disponível em: < http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Relatorio-Desenvolvimento-Mundial-2011_Resumo.pdf>. Acesso em: 12/11/2015.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*. Greenwich, v.17, n. 1, pp. 99-120, 1991.

BARNEY, J. B.; HANSEN, M. H. Trustworthiness as a source of competitive advantage. *Strategic Management Journal*, vol. 15, p. 175-190, 1994.

BECERRA, M.; GUPTA, A. K. Trust within the organization: integrating the trust literature with agency theory and transaction cost economics. *Public Administration Quarterly*, v. 23, n. 2, p. 177-203, 1999.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL, 2003. Lei sobre a agricultura orgânica no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 13/01/2016.

BREI, V. A.; ROSSI, C. A. V. Confiança, valor percebido e lealdade em trocas relacionais de serviço: Um estudo com usuários de internet banking no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 2, p. 145-168, 2005.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COLLIS, D. J; MONTGOMERY, C. A. Competing on Resources: Strategy in the 1990s. *Harvard Business Review*, v. 73, n.4, pp. 118-128, 1995.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Governo federal libera R\$ 71 milhões para recuperar agricultura familiar na região serrana do Rio, 2011. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-10/governo-federal-libera-r-71-milhoes-para-recuperar-agricultura-familiar-na-regiao-serrana-do-rio>>. Acesso em 14/05/2015.

FEIDEN, A.; ALMEIDA, D. L.; VITOI, V.; ASSIS, R. L. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.19, n.2, p.179-204, 2002.

FIALHO, S. *Gestão de Redes de cooperação interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2005.

FLICK, U. *Métodos de pesquisa*. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORSMAN, S.; PAANANEN, J. *Local Food Supply Chain: A Case of Rural Food Processing Firms and Catering Business in Finland*, 2002. Disponível em: http://orgprints.org/6180/01/dar_3.pdf. Acesso em: 03/03/2015.

FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GRAY, D. E. *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Ed. Penso, 2012.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. *Revista de Administração Pública*, v. 33, n.5, p. 115-141, 1999.

KARAM, K. *Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade na região metropolitana de Curitiba*. Tese, (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2001.

MALAFAIA, G.; MACIEL, C. A.; BARCELLOS, J. O. AGUIAR, L.; CAMARGO, M. E. The Characterization of a Cooperative Net among Rural Producers in the Gaucho Chain of Beef. In: *International Food and Agribusiness Management Association – 17th Annual World Food & Agribusiness Symposium*. Parma, 2007.

MARCON, C.; MOINET, N. *Estratégia-rede: ensaio de estratégia*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

PUTNAN, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

SAHAY, B. S. Understanding trust in supply chain management relationships. *Industrial Management & Data Systems*, v. 103, n.8, p. 553-563, 2003.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago, pp. 82-112, 2011.

SERVA, M.; ARESI, E. Formação socioespacial e gestão de Redes na economia social. *Cadernos de Economia Social*, ano XII, n. 17, 215-239, 2009.

SVENSSON, G. Perceived trust towards suppliers and customers in supply chains of the Swedish automotive industry. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, vol. 31, n. 9, p. 647-664, 2001.

VALLEJOS, R. V. *Um modelo para a formação de empresas virtuais no setor de moldes e matrizes*. Florianópolis: UFSC, 2005.

VIEIRA, M. M. Falcão; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANINI, M. T. F; LUSK, E. J; WOLFF, B. Confiança dentro das organizações da nova economia: uma análise empírica sobre as consequências da incerteza institucional. *RAC*, Curitiba, v. 13, n. 1, art. 5, p. 72-91, Jan./Mar, 2007.